

PARTE 1

**Do ecodesenvolvimento
ao desenvolvimento
territorial sustentável**

Políticas ambientais no Brasil:

Do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável

Paulo Freire Vieira

Dossiê

Resumo

Desde o final dos anos sessenta, a eclosão de uma *problemática* planetária relacionada ao reconhecimento de “*limites ecológicos do crescimento material*” tem mobilizado uma atenção crescente das comunidades científicas e da opinião pública. O conceito sistêmico de *ecodesenvolvimento* emergiu nesse contexto e disseminou-se gradativamente como expressão de uma crítica radical da *ideologia economicista* subjacente à suposta “civilização” industrial-tecnológica.

No decorrer das décadas de 1980 e 1990, a proliferação de estudos de caso sobre as experiências de *desenvolvimento local* e *desenvolvimento territorial* em diferentes contextos nacionais têm contribuído para o aprofundamento das noções (sistêmicas) de *endogeneidade*, *descentralização*, *self reliance*, *autonomia local* e *sistemas produtivos locais integrados*, que sempre foram consideradas como alicerces da posição *ecodesenvolvimentista*. Sob o pano de fundo das incertezas, coações e oportunidades impostas pela globalização assimétrica, uma atenção especial passou a ser creditada à análise de respostas inovadoras e sinérgicas – em termos de reorganização socioeconômica, sociocultural e político-institucional – gestadas nesses espaços. Não obstante, e de forma um tanto paradoxal, na maior parte dos trabalhos afinados com o *enfoque territorial* pouca atenção tem sido concedida até agora ao tratamento dos imensos desafios suscitados pela eclosão da crise socioambiental e à recuperação da vasta literatura acumulada versando sobre o *nexo ambiente & desenvolvimento*. O artigo oferece subsídios exploratórios voltados para a superação dessa lacuna, avaliando ao mesmo tempo a pertinência e as condições gerais de viabilidade do enfoque de *desenvolvimento territorial sustentável* no atual estágio de evolução da agenda ambiental brasileira.

Palavras-chave: pesquisa sistêmica, ecologia política, política ambiental, desenvolvimento territorial sustentável.

1. Introdução

Desde o final dos anos 1960, os desafios epistemológicos, éticos e políticos suscitados pela crise planetária do meio ambiente estão na ordem do dia. A tomada de consciência da necessidade de integrar e aprofundar o esforço de pesquisa científica sobre esta temática, consubstanciada no projeto de instituição de um novo campo de conhecimento – a *ciência ambiental* – tem acompanhado o desdobramento desta discussão (VIEIRA & WEBER, 2000). Em meio a uma grande diversidade de pontos de vista sobre como fazer avançar uma contra-corrente voltada para o enfrentamento dos condicionantes estruturais da crise, vem se fortalecendo gradualmente a percepção do caráter *interdependente e globalizado* dos múltiplos fatores que estão em jogo: poluição generalizada, perda intensiva de diversidade biológica e cultural, mudanças climáticas, explosão demográfica, persistência das tradicionais assimetrias Norte-Sul e agudização dos conflitos inter-étnicos e dos assustadores índices de exclusão social, miséria e criminalidade – entre outros flagelos.

Trata-se de uma dinâmica que só se torna compreensível mediante a mobilização do conceito de *sistema*, ajustado ao tratamento do problema da complexidade dos fenômenos vivos, ou seja, do número e da variedade de elementos e relações de interdependência que caracterizam sua dinâmica “contra-intuitiva” (BERTALANFFY, 1968; FORRESTER, 1971). Neste sentido, uma *visão sistêmica do mundo* tem alimentado a formação de uma nova ideologia sociopolítica, de novos conceitos de desenvolvimento, novos projetos de sociedade e novos estilos de vida (MORIN, 1977, 1980, 1990; MORIN & KERN, 2000; VIEIRA, 1993, 1998 ; VIEIRA & RIBEIRO, 1999; PRIGOGINE & STENGERS, 1979; DANSEREAUS, 1973).

No contexto brasileiro, até a época da elaboração da nova Carta Constitucional de 1988, a incorporação da *problemática ecológica* na agenda das políticas públicas foi processada de maneira fragmentada e desvinculada do debate acadêmico sobre o binômio *meio ambiente & desenvolvimento* (MONOSOWSKI, 1989). Fortemente induzidas por movimentos de opinião pública sediados nos países afluentes, e imbuídas de uma representação essencialmente « preser-

vacacionista » dos problemas em pauta, as demandas sociais e as ações governamentais refletiam uma percepção ainda muito rudimentar da necessidade de conter a degradação intensiva do nosso patrimônio natural e de controlar a poluição urbano-industrial.

Todavia, na esteira dos novos dispositivos constitucionais que foram criados, bem como do esforço de sensibilização da opinião pública que acompanhou a gestação e a realização da *Cúpula da Terra*, em 1992, o conceito de *desenvolvimento sustentável* passou a circular regularmente no jargão dos gestores governamentais e da mídia. Num momento histórico marcado pela busca de redemocratização da sociedade brasileira e pelo desgaste do conceito de modernização conservadora - uma característica da cultura política dos anos 1970 - a difusão da idéia-força de *sustentabilidade* dos processos de desenvolvimento parecia sugerir, à primeira vista, uma abertura decidida à instituição de sistemas de gestão integrada e participativa do nosso patrimônio natural e cultural. Mas apesar dos avanços consubstanciados na oficialização gradativa de novos instrumentos de regulação jurídica, coordenação política e educação ambiental, as ações desenvolvidas no País em nome de uma *política ambiental* simultaneamente preventiva e proativa, coerente com os princípios assumidos no texto da Agenda 21, têm permanecido, desde então, nitidamente aquém das expectativas que foram criadas. Essas ações permanecem fragmentadas e contraditórias, ocupando um espaço periférico na dinâmica de funcionamento do sistema político e, também, na vida cotidiana da maioria do povo brasileiro. Como explicar esta defasagem, que vai se tornando a cada dia que passa mais incômoda?

A linha de argumentação exposta a seguir é tributária da reflexão *ecológico-política* que antecedeu à realização da Conferência de Estocolmo, em 1972 (MEADOWS *et. al.*, 1972; ONU, 1972; SACHS, 1980). Seu aprofundamento ao longo das últimas décadas tem favorecido uma imagem mais nítida dos condicionantes estruturais e das opções de enfrentamento da crise, por meio da difusão dos princípios de *ecodesenvolvimento*.

2. Gênese e atributos essenciais do conceito de *ecodesenvolvimento*

Em linhas gerais, e correndo riscos de simplificação excessiva, até o início dos anos 1970 – momento em que eclode a *revolução ambiental* (NICHOLSON, 1970) – a reflexão sobre o fenômeno do desenvolvimento nos países do Hemisfério Sul girou em torno de três grandes correntes interpretativas: a da *modernização nacional*, a *estruturalista-desenvolvimentista* e a *dependentista* (HUGON, 1989; BERTHOUD, 1990; HARRIBEY, 2004; ROSIER, 1984; BROHMAN, 1996; GUICHAOUA & GOUSSAULT, 1996). A partir daí, as novas e alarmantes evidências de ultrapassagem dos limites do crescimento material na biosfera induziram o surgimento de um novo e revolucionário ponto de vista (MEADOWS, 1972; Herrera *et al.*, 1971; MESAROVIC & PESTEL, 1975).

Para os adeptos da primeira posição teórica, predominante no contexto do pós-guerra, a característica mais importante dos países rotulados de “sub-desenvolvidos” era o seu atraso relativamente à curva de evolução (ou de “progresso”) das modernas sociedades industriais. A crença numa série de etapas a serem *necessariamente* percorridas pelas sociedades tradicionais, rumo ao estágio superior previsto pelo “modelo ocidental”, contribuiu para inscrever a busca de compreensão das dinâmicas de desenvolvimento numa representação linear e universalizante do processo de evolução social (ROSTOW, 1960). Nesta posição marcada por um viés eurocêntrico, a complexidade do processo de desenvolvimento é reduzida à dimensão do crescimento econômico, supostamente quantificável mediante a utilização de índices agregados. Além disso, sob a influência da interpretação Keynesiana da economia capitalista, um estilo de planejamento estatal de inspiração tecnocrática deveria comandar os esforços voltados para a dinamização intensiva do setor industrial.

Esta posição contrasta nitidamente com as análises de Albert Hirschmann (1958), Gunnar Myrdal (1969) e François Perroux (1969), ao lado de outros socioeconomistas vinculados à escola latinoamericana da *Comissão Econômica para a América Latina* (CEPAL). Todos eles colocaram em primeiro plano os efeitos da dominação econômica e cultural exercida pelos países afluentes sobre os países pobres.

Destacaram a importância do fenômeno da deterioração dos termos de troca envolvendo o centro e a periferia do sistema capitalista, recomendando também o fortalecimento da regulação estatal pela via do planejamento estratégico e da criação de agências públicas de desenvolvimento. O sub-desenvolvimento era visto sobretudo como um conjunto de problemas sociais de corte estrutural – pobreza em massa, desemprego crônico, urbanização descontrolada – exigindo uma revisão crítica das relações entre crescimento econômico e distribuição de renda. Deste ponto de vista, a economia não poderia ser dissociada da ética. Na expressão lapidar de Perroux (1981, p.32), o desenvolvimento deveria ser assumido como um “*fenômeno que leva em conta todas as dimensões do ser humano e diz respeito a todos os seres humanos*”. Sua efetivação dependeria, portanto, de uma reforma profunda das estruturas econômicas, sociais, culturais e políticas existentes em cada país.

O enfoque *estruturalista-desenvolvimentista* opõe-se assim ao viés positivista e politicamente ingênuo das teorias econômicas de corte modernizador e neoclássico, contestando a legitimidade da concepção *economicista* do fenômeno do desenvolvimento. Incorporou à discussão variáveis institucionais situadas para além do jogo do mercado e do comércio internacional. Sua difusão fortaleceu, além disso, a hipótese segundo a qual a dominação externa está geralmente conectada a diferentes formas de dominação interna a cada país, e produzidas por suas próprias elites. Entretanto, o reconhecimento da necessidade de uma dinâmica mais *endógena* e socialmente equitativa de desenvolvimento não chega a colocar em xeque um ideal de crescimento econômico ainda muito alicerçado na ética do “domínio sobre a natureza” e na opção pela transferência *mimética* e tecnocrática de tecnologias geradas nas sociedades afluentes.

As contribuições de Samir Amin (1970 e 1973) e André Gunder Frank (1970), entre outros, radicalizaram a análise da lógica da dominação imperialista e de sua relação com a persistência da condição estrutural de dependência do mundo “sub-desenvolvido”. Nesse sentido, os conceitos de sub-desenvolvimento e de desenvolvimento designam as duas faces de uma mesma moeda – a saber, a força de inércia do processo de acumulação capitalista em escala mundial. O esquema “evolucionista-reducionista” da tradição modernizante

e o “reformismo politicamente ingênuo” da escola estruturalista-dependente passaram assim a ser contestados, em nome dos riscos embutidos na internacionalização crescente dos sistemas produtivos e do capital financeiro, cujos vetores estratégicos seriam as grandes corporações transnacionais.

A nova corrente re-enfatizava não só a condição de “dependência externa”, mas também a análise dos padrões estruturais que conectam, de forma assimétrica, as economias centrais e aquelas situadas na periferia do sistema global. O apelo ao potencial desmistificador do conceito-chave de *dominação*, referenciado à dinâmica dos *conflitos de classe*, fundamentava uma sólida linha de argumentação crítica às limitações congênitas do ideal do Estado-reformador dos *cepalinos*. O socialismo de corte estatizante emergiu como um novo ideal-regulativo para o desenho de propostas alternativas de mudança social nos países do Sul.

Essas três representações, hoje consideradas clássicas no campo da socioeconomia do desenvolvimento, passaram a ser contrastadas, durante as reuniões preparatórias da Conferência de Estocolmo, com a tomada de consciência dos *custos socioambientais* das dinâmicas de crescimento econômico processadas nos dois hemisférios (KAPP, 1972 e 1973). O conceito de *ecodesenvolvimento* emergiu nesse contexto e se disseminou gradativamente como expressão de uma crítica radical da *ideologia economicista* subjacente à suposta “civilização” industrial-tecnológica (SACHS, 1980; DUPUY, 1980; BOURG, 1996; MORIN & KERN, 2000). Algumas pistas para o seu correto entendimento podem ser encontradas num volume expressivo de contribuições clássicas, mas ainda pouco conhecidas da comunidade científica brasileira – entre outros, ONU (1972), Nicholson (1973), Godard e Sachs (1975), Fundação Dag Hammarskjöld (1975), Galtung (1977), Nerfin (1977); Dupuy (1980); Sunkel (1981); Illich (1973); Godard (1980, 1981), Sachs *et al.* (1981), CIRED (1986); Glaeser (1984).

Na busca de enfrentamento da crise planetária do meio ambiente, seus adeptos colocaram em primeiro plano a redefinição dos *estilos de desenvolvimento* predominantes nos dois hemisférios e das formas de organização socioeconômica, sociopolítica, sociocultural e socioambiental que lhe correspondem. Insistiam assim no reconhecimento do caráter *interdependente e globalizado*

das múltiplas dimensões da crise. Da mesma forma, destacaram o potencial emancipador contido na noção de *endogeneidade das dinâmicas de desenvolvimento* – que passou a adquirir legitimidade como indutora de um novo princípio de racionalidade social no campo do planejamento. A idéia era evitar, ao mesmo tempo, as armadilhas do *estatismo tecnocrático* e as limitações de uma abordagem autárquica-fragmentada ou “*localista*”.

Em meados dos anos 1980, a irrupção da ideologia do *ajuste neoliberal* rouba a cena. O desmoronamento inesperado do campo do *socialismo realmente existente* abre caminho para o enfraquecimento do papel planejador e regulador dos Estados-Nação; para a abertura indiscriminada ao comércio internacional e para a redução drástica de programas sociais, no bojo das políticas de ajuste estrutural que coagem os países do Sul a privilegiar as exportações visando o reembolso de suas dívidas externas. A busca obsessiva de eficiência econômica e de competitividade a todo custo nos mercados internacionais impõe-se como um novo princípio de racionalidade na formulação de políticas e estratégias de crescimento.

Ao final dessa mesma década, a disseminação do critério de *sustentabilidade* no campo das políticas públicas de desenvolvimento atenua o efeito de polarização do debate criado pela mundialização neoliberal, mas introduz incertezas e uma polêmica conceitual que persiste ainda hoje. Por um lado, do ponto de vista ecológico – como salientou Weber (2000, p.122) – a caracterização do conceito de desenvolvimento sustentável derivado do famoso Relatório Brundtland,

fundada numa representação da natureza baseada na idéia de estoques a serem geridos visando alcançar o optimum, ou pontos de equilíbrio, acabou nos conduzindo a certas distinções casuísticas entre sustentabilidade forte ou fraca, em função de uma taxa de atualização. Em decorrência da nossa educação científica, inúmeras pessoas passaram logicamente a conceber o desenvolvimento sustentável em nome da preservação dos meios naturais, em termos de manutenção ex-post ou de restauração de equilíbrios. Tal é a lógica que se depreende dos programas de gestão da biodiversidade concebidos em termos de políticas de criação de áreas de preservação, florestas e sítios arqueológicos protegidos.

Além disso, as tentativas de aplicação do conceito de sustentabilidade no campo da gestão de recursos naturais têm gerado interpretações bastante controversas sobre o estatuto do procedimento de cálculo econômico-monetário de danos socioambientais e dos possíveis instrumentos de política econômica a serem priorizados.

Na confusa evolução do debate que nos conduziu progressivamente ao ideário de “um outro desenvolvimento” evidencia-se o papel determinante representado pela difusão do novo *paradigma científico*. Com efeito, a *pesquisa sistêmica* vem sendo assumida, desde o início do século passado, como um novo e poderoso instrumento de elucidação e gestão da *complexidade* dos fenômenos vivos, a saber, do número e da prodigiosa variedade de elementos e relações de interdependência que caracterizam o funcionamento “*contra-intuitivo*”¹ dos macro-sistemas dos quais nós somos simplesmente as células (BERTALANFFY, 1968; ROSNAY, 1975; AIDA, 1986). A revisão da extensa literatura produzida sobre o tema nas últimas décadas indica que o refinamento gradual de uma nova imagem-de-mundo, que re-insere a história das sociedades humanas na história das relações que mantemos com a natureza, tem alimentado a re-interpretação do fenômeno do desenvolvimento nos dois hemisférios e contribuído para a renovação dos sistemas de planejamento e gestão nas mais diversas escalas territoriais (BUNGE, 1980; BUCKLEY, 1971; MILLER & MILLER, 1982; HOLLING, 1978; JOLLIVET & PAVÉ, 2000; GARCÍA, 1994; VIEIRA, BERKES & SEIXAS, 2005).

Vale a pena destacar que a internalização do paradigma sistêmico configura a fronteira atual do campo da *ecologia humana*, tornando-a o substrato teórico e metodológico de um enfoque simultaneamente preventivo e proativo de planejamento e gestão (DANSEREAU, 1999; VIEIRA & RIBEIRO, 1999; BOYDEN, 1981; GLA-

1 O termo designa uma característica essencial da complexidade sistêmica. Levando-se em conta a multiplicidade e a heterogeneidade dos componentes (físico-químicos, bio-ecológicos e socioculturais) dos sistemas abertos, bem como a não linearidade das interações e as diferentes escalas espaciais e temporais a serem levadas em conta, torna-se impossível prever e, em conseqüência, prever suas trajetórias de evolução no futuro a partir dos dados empíricos disponíveis no presente.

ESER, 1997). A ecologia geral evoluiu, a partir do início do século passado, do estudo das inter-relações entre espécies vegetais e animais que habitam uma determinada área para o estudo de ecossistemas virgens ou com escassa intervenção humana, para alcançar finalmente o estágio onde os seres humanos deixam de ser considerados como elementos “externos” aos ecossistemas². Sob os influxos da percepção dos problemas socioambientais de escopo planetário, consolida-se gradualmente o projeto de construção de uma ecologia humana norteadas pelo *pensamento complexo* (MORIN, 1990). Este projeto reconhece que os seres humanos, com a sua prodigiosa diversidade cultural, fazem parte constitutiva dos ecossistemas e paisagens. O *campo socioambiental* transcende, portanto, o âmbito da ecologia básica, e o conceito de *ambiente humano* passa a fundamentar as ações de planejamento e gestão realizadas em nome da *qualidade do ambiente total da espécie humana* (BOYDEN, 1981).

Por implicação, os processos adaptativos que se tornam inteligíveis nesse novo campo de pesquisa orientada para a ação são tributários de uma representação *co-evolutiva* das relações entre sistemas sociais e sistemas ecológicos (ODUM, 1975 e 1983; BOLTIN, 1990; BOOKCHIN, 1993). A esta concepção de *ecologia humana sistêmica* caberia retomar a busca de explicações sobre as causas dos processos de evolução e/ou desagregação de sistemas sociais a partir de determinadas condições ecológicas, bem como sobre as causas de mudanças específicas nos sistemas ecológicos a partir de determinadas opções de organização dos sistemas sociais.

As referências subseqüentes ao conceito de ecodesenvolvimento no cenário geopolítico dos anos 1970 foram marcadas pela necessidade de romper com a tendência de imitação, pelos países do Sul, dos modelos dominantes promovidos pelos países industrializados. A tônica dos estudos de caso realizados nessa época incide na criação de sistemas alternativos de planejamento e gestão, capazes de gerar estratégias de desenvolvimento mais endógenas,

2 Definido no texto da Convenção da Diversidade Biológica como um “complexo dinâmico formado por comunidades de plantas, animais e micro-organismos e também por seu meio ambiente não vivo que, por meio de suas inter-relações, formam uma unidade funcional”.

participativas, ecologicamente prudentes e sensíveis às características específicas de cada contexto local e regional.

Em termos operacionais, a noção complexa de *meio ambiente* pressuposta no enfoque de ecodesenvolvimento foi construída levando-se em conta três dimensões fundamentais. Por um lado, a dimensão relativa à *base de recursos naturais* necessária à subsistência de grupos humanos e, de maneira simétrica, à função de assimilação dos dejetos gerados pelas atividades de produção e de consumo. Por outro, a dimensão relativa ao *espaço territorial*, entendido como o *locus* dos processos co-evolutivos de adaptação ao meio e de invenção cultural. E finalmente, a dimensão do *hábitat* considerado em seu sentido mais amplo, ou seja, correspondendo à infra-estrutura física e institucional que influencia a qualidade de vida das populações (habitação, trabalho, recreação, auto-realização existencial) e a própria viabilidade ecológica dos sistemas socioculturais no longo prazo. Neste último caso, os aspectos subjetivos (ou vivenciais) das relações que mantemos com a natureza – as percepções, valores e significações culturais – passam a ser incorporados como variáveis essenciais nas pesquisas orientadas para a formulação de estratégias alternativas de desenvolvimento (GODARD & SACHS, 1975).

Em contraste com os esquemas usuais de planejamento e gestão baseados na mobilização mais ou menos autoritária (ou *top down*) das populações, os agentes de ecodesenvolvimento atuando nos cinco continentes têm procurado

oferecer respostas aos problemas mais pungentes e às aspirações de cada comunidade, superando os gargalos que obstruem a utilização de recursos potenciais e ociosos e liberando as energias sociais e a imaginação. Para tanto, devem garantir a participação de todos os atores envolvidos (os trabalhadores, os empregadores, os agentes governamentais e a sociedade civil organizada) no processo de desenvolvimento (SACHS, 2004, p.61).

Ao invés de proselitismo e imposição mais ou menos velada de projetos, programas e políticas, valoriza-se a condução de um diálogo permanente e horizontal com as comunidades locais, baseado em *avaliações locais participativas de ecossistemas e paisagens*

(GADGIL, 1999; WEBER, 2000; NORGAARD, 1994) e na negociação de cenários alternativos para o futuro.

Falamos assim de apropriação comunitária das estratégias de intervenção e de novos instrumentos de gestão capazes de alimentar uma relação sinérgica entre a esfera da produção de conhecimentos e a esfera da ação planejadora de corte participativo – nos moldes de certas abordagens contemporâneas de *pesquisa-ação*³ sensíveis à problemática socioambiental (THIOLLENT, 1985; GOYETTE e LESSARD-HÉBERT, 1987; CHAMBERS, 1994; DESHLER & EWERT, 1995; BARBIER, 1996). Na síntese paradigmática cunhada por Ignacy Sachs (1980, p.32), este enfoque permite aos planejadores e aos decisores políticos

abordarem a problemática do desenvolvimento de uma perspectiva mais ampla do que as usuais, baseadas numa visão setorializada, compatibilizando uma dupla abertura à ecologia natural e à ecologia cultural. Nesse sentido, os agentes de ecodesenvolvimento estarão sensíveis à diversidade de situações em jogo e, mais que isto, ao espectro pluralista das várias soluções possíveis. Eles deduzirão disso a impossibilidade de se identificar adequadamente os problemas e as necessidades da população, além das potencialidades do meio natural, enquanto os próprios interessados não assumirem essas funções.

O aperfeiçoamento de *ecotécnicas* sempre ocupou um espaço privilegiado no desenho experimental dessas novas estratégias. Trata-se da variável multidimensional por excelência de um “*jogo de harmonização*” dos objetivos simultaneamente socioeconômicos, socioculturais, sociopolíticos e socioecológicos associados ao enfo-

3 Entendida como uma estratégia de pesquisa aplicada de corte transdisciplinar, está em jogo uma ação comum de pesquisadores e indivíduos/grupos interessados em gerar conhecimentos que possam ser imediatamente revertidos em ações de mudança no nível local/territorial. Os problemas, objetivos a serem alcançados e princípios ideológicos são estabelecidos em comum. Os pesquisadores contribuem com uma representação científica dos processos de transformação social e de sua efetividade. Mas o produto final consiste numa transformação concreta da situação inicial, gerando soluções consideradas satisfatórias por todos os atores sociais envolvidos. Deste ponto de vista, toda pesquisa-ação é participativa, mas nem toda pesquisa participativa adquire o estatuto de pesquisa-ação.

que de ecodesenvolvimento. O ajuste harmonioso dos planos de intervenção às peculiaridades de cada *eco-região* selecionada para fins de intervenção pressupõe a consideração do mais amplo espectro possível de opções tecnológicas – desde as mais simples e intensivas em mão-de-obra às mais sofisticadas e intensivas em capital. Os critérios de seleção prescrevem um esforço de identificação e valorização máxima dos recursos ambientais existentes (muitos deles talvez sub-utilizados ou mesmo desconhecidos), em consonância com a *lógica das necessidades básicas (materiais e intangíveis)* e com a busca de soluções politicamente descentralizadas, promotoras da inclusão social e ecologicamente prudentes (Sachs, 2007).

Mais recentemente, à luz das reflexões de Sen (1999) e Sen-gupta (2001 e 2002), Ignacy Sachs (2004, p.14-16) reconhece na exigência de *apropriação efetiva, por todos os cidadãos, do conjunto integral dos direitos humanos fundamentais* uma outra maneira de exprimir o essencial da plataforma ética desta nova concepção de desenvolvimento. Neste sentido, ao lado dos direitos políticos, civis e cívicos, somados aos direitos econômicos, sociais e culturais (incluindo-se aqui o direito ao trabalho digno), os novos códigos jurídicos passaram a incorporar a “última geração de direitos humanos”, ou seja, aqueles relativos a um meio ambiente saudável e ao desenvolvimento socialmente includente.

Além disso, o esforço investido numa reaproximação dos espaços da economia e da ética passou a levar em conta as limitações dos indicadores usuais de eficiência econômica e de geração de riqueza. Aqui, a idéia de uma nova *economia de sistemas socioambientais complexos* – a *ecosocioeconomia*⁴ – conserva, desde a época da Conferência de Estocolmo, toda a sua atualidade. Nesse caso, o desafio crucial consiste em se “abrir a economia a novas abordagens (sistemas auto-organizadores complexos), novas dimensões (energética, informacional) e novos instrumentos de avaliação (não monetários), suscetíveis de apreender os aspectos do real que escapam aos instrumentos tradicionais” (PASSET, 1992, p.28).

4 O termo foi cunhado por Karl William Kapp, economista de origem alemã e um dos mais brilhantes precursores do debate ecológico-político no cenário europeu dos anos 1970.

A intenção é mostrar a diversidade de registros da economia real, aquela que responde pelas estratégias cotidianas de sobrevivência das comunidades locais e que oportuniza um debate coletivo apto a orientar as decisões estratégicas sobre opções de regulação da economia. Esta posição distingue-se assim, claramente, daquelas que, em nome do ideal de *desenvolvimento sustentável* mencionado acima (WCED, 1987), orientam-se mais no sentido de um enfrentamento *ex post* de sintomas isolados da crise socioambiental, baseando-se numa concepção reducionista de sustentabilidade, ou seja, atrelada à reprodução da lógica profunda do capitalismo globalizado (KAPP, 1987; VIVIEN, 2005). A tomada de consciência da necessidade de uma ruptura drástica com o *mainstream* da socioeconomia do desenvolvimento acena com a possibilidade de um novo *projeto civilizador*, mas vem se tornando cada vez mais evidente que estamos ainda nos primórdios de sua efetivação (MORIN & KERN, 2000).

Apesar da potencialidade embutida nesse esforço de elaboração gradual do enfoque de ecodesenvolvimento, suas *limitações* atuais têm sido assinaladas por um volume significativo de autores (GODARD, 1994a e 1994b; HATEM, 1990; BECKERMAN, 1992). Uma das críticas mais recorrentes insiste na polissemia que ainda cerca a sua utilização, na academia e fora dela, bem como na tendência à hipertrofia da dimensão normativa em detrimento do rigor analítico. Em vez de um esforço de construção cumulativa de uma estrutura conceitual-teórica cada vez mais consistente, critica-se muitas vezes a insistência na comunicação de variações estilísticas de um tipo de discurso essencialmente ético-normativo e pouco sensível à preocupação pela análise das condições de viabilidade de sua aplicação no atual cenário de desengajamento do Estado, privatização generalizada dos serviços públicos e precariedade do diálogo entre as populações e as instituições que, em princípio, a representam (BAREL, 1984). Finalmente, as intermináveis controvérsias provocadas pela disseminação “mediatizada” dessas idéias (sobretudo no apelo ao clichê da *sustentabilidade*) estariam refletindo uma suposta “*luta de influências entre diferentes correntes ideológicas e grupos de interesse, visando simplesmente impor uma certa maneira de colocar os problemas essenciais e atribuir responsabilidades*” (GODARD, 1992, p.2).

No transcurso dos anos 1990, novos aportes conceituais, teóricos e metodológicos a essa discussão vieram à tona. Eles vêm sendo testados em vários países – nos mais diversos contextos regionais e locais. As categorias conexas de (i) *desenvolvimento viável*, (ii) de *gestão patrimonial de recursos de uso comum* e, mais recentemente, de (iii) *desenvolvimento territorial sustentável* têm contribuído para dotar o enfoque de ecodesenvolvimento de fundamentos científicos e éticos cada vez mais sólidos.

3. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento territorial sustentável

Viabilidade

A difusão do conceito de *desenvolvimento viável*, imediatamente após a realização da Cúpula da Terra, em 1992, passou a alimentar uma reflexão original sobre alguns tópicos que haviam sido trabalhados apenas de forma exploratória pela primeira geração de teóricos do ecodesenvolvimento. Por um lado, tornaram-se mais nítidas as *incertezas constitutivas* que caracterizam a dinâmica hiper-complexa dos sistemas socioecológicos e, especialmente, dos agroecossistemas. Por outro, a disseminação das noções de *incerteza contingente* e de *viabilidade*⁵ dos sistemas socioecológicos contribuiu para aguçá-lo o peso das *controvérsias científicas* que têm acompanhado o esforço de planejamento e a gestão desses sistemas num horizonte de longo

5 Oriundo do universo da pesquisa matemática aplicada à regulação de processos econômicos, o conceito de viabilidade incorporado à problemática aqui tratada incide no questionamento dos pressupostos teleológicos embutidos nas análises microeconômicas convencionais, bem como nos instrumentos de regulação “otimizada” que essas análises recomendam. Os temas da *incerteza contingente* e das *coações de viabilidade*, que configuram as tensões e os paradoxos das dinâmicas evolutivas de macrossistemas complexos (identificáveis nos campos da biologia, das ciências cognitivas ou das ciências sociais, por exemplo), passaram a alimentar um novo tipo de reflexão sobre os limites da previsão no campo da gestão de problemas socioambientais (Aubin, 2000). Nesse sentido, passamos a admitir como uma hipótese forte que “a *dinâmica se substitui aos estados de equilíbrio, e que a previsão cede seu lugar à exploração de novas configurações possíveis, fazendo com que os procedimentos normativos percam progressivamente sua legitimidade face aos procedimentos rotulados de adaptativos*” (WEBER, 1992, p.293).

prazo. Isto significa que tais sistemas devem ser preparados “*para que possam resistir a uma grande variedade de perturbações ou flutuações imprevistas, permanecendo prontos a se reorganizar nessas ocasiões. Neste sentido, a resiliência desses sistemas representa a condição crítica essencial da sustentabilidade*” (HOLLING, 1978, 1998; Godard, 1996, p.33).

Emergiu assim um novo arcabouço conceitual, voltado para a elucidação da complexidade embutida na impressionante variedade de *modos de apropriação* e de *sistemas de gestão de recursos naturais de uso comum* disseminados por todos os continentes (VIEIRA & WEBER, 2000; HOLLING, 1978; BROMLEY, 1992; HOLLING *et al.*, 1998; BERKES *et al.*, 1989; BERKES & FOLKE, 1998; BERKES, COLDING & FOLKE, 2003; GUNDERSON & HOLLING, 2002; OSTROM *et. al.*, 2001; VIEIRA, BERKES & SEIXAS, 2005). Deste ponto de vista, o entendimento dos focos estruturais da crise contemporânea do meio ambiente passa pela análise dos usos que vêm sendo feitos daquilo que não pertence a ninguém e/ou atravessa a propriedade: florestas naturais, águas continentais e marinhas, atmosfera, fauna selvagem, biodiversidade. Podemos encontrar aqui não só a dimensão ligada ao estatuto econômico *sui generis* dos bens comuns, mas também os conflitos de representações e interesses resultantes do envolvimento de um grande número de atores sociais, além do peso das incertezas e controvérsias científicas sobre a dinâmica de reprodução dos ecossistemas e paisagens no longo prazo (WEBER, 2000).

As aplicações deste enfoque analítico ao contexto dos países do Sul vêm permitindo reforçar a hipótese de que os processos de utilização predatória da base de recursos de uso comum podem ser freqüentemente correlacionados à tendência de dissolução daquelas modalidades de organização institucional no nível local⁶ que, no passado, mostraram-se capazes de preservar padrões menos destrutivos de inter-relacionamento das comunidades com o meio ambiente biofísico e construído.

6 No sentido de iniciativas endógenas empreendidas no âmbito de um dado município, em contraste com os níveis intermunicipal e regional. No contexto brasileiro, “*são os municípios que detêm, entre todos os interlocutores do meio rural, entre todas as instituições, o mandato e a legitimidade necessária para organizar o atendimento às necessidades básicas das populações locais*” (Tonneau, 2002: 227).

Ainda na opinião de Jacques Weber (2000, p.120-121), falar de desenvolvimento viável equivale a sublinhar que

a definição de objetivos de longo prazo, de natureza ética e política (no sentido forte do termo), num horizonte temporal muito longo, constitui um pré-requisito à elaboração de toda e qualquer estratégia de gestão”; e que “a definição de regras de equidade, bem como de objetivos enquadráveis em horizontes temporais de longo prazo, procedem do debate político, e não de definições analíticas. No que diz respeito à dimensão do longo prazo, as opções políticas, e portanto sociais, devem preceder o trabalho científico – e não o contrário.

Patrimonialidade

Além disso, a busca de um estatuto jurídico compartilhado para uma gestão democrático-participativa de conflitos socioambientais encontrou na noção de *patrimônio natural e cultural* um ponto de referência inovador, num cenário marcado pelo fenômeno da *capitalização intensiva da natureza* (VIVIEN, 1994, 2005; ZIEGLER, 2002). Na opinião lúcida de François Ost (1995, p.351), esta noção nos ajuda a conferir uma forma jurídica convincente à preocupação ética de assumir a nossa responsabilidade frente às chances de sobrevivência das gerações atuais e futuras. Isto na medida em que

as inter-relações envolvendo os seres humanos e o meio ambiente acomodam-se mal aos estatutos de objeto e sujeito. Como se a própria distinção entre sujeito e objeto, sobre a qual se construiu solidamente a nossa modernidade, não se adequasse de maneira alguma à necessidade de pensar e administrar uma realidade interativa como é a do meio ambiente. Ao mesmo tempo, tornaram-se visíveis os limites inerentes às abordagens jurídicas tradicionais do meio, sejam aquelas expressas em termos de apropriação, de contratualização ou de regulamentação, sejam, de modo inverso, aquelas interessadas em personificar a natureza e reconhecer-lhe direitos. E, finalmente, é a distinção entre esfera pública e esfera privada, entre direito público e direito privado, que deve ser também ultrapassada, se quisermos oferecer respostas adequadas à problemática socioambiental.

Deste ponto de vista, que transcende a hegemonia de um tipo de pensamento binário, seria importante ressaltar que não

existe patrimônio desvinculado da relação estabelecida com os seus titulares – que o investem nessa condição (OLLAGNON, 2000, p.183). A relação patrimonial influencia decisivamente a formação do senso de identidade dos seus titulares, fazendo com que as análises da problemática socioambiental não se restrinjam apenas ao entendimento da realidade *objetiva* do patrimônio. Importa assumir também a elucidação das relações *subjetivas* que se estabelecem entre o patrimônio e seu titular nos espaços de tomada de decisão coletiva. Como salienta Montgolfier (2000, p.391):

não basta, na maior parte dos casos, estabelecer um plano de gestão perfeitamente racional para se efetivar com êxito a gestão da qualidade do patrimônio natural. Além disso, torna-se indispensável assegurar o engajamento duradouro daqueles atores sociais que se encontram, de uma forma ou de outra, envolvidos no processo.

Em conseqüência, os novos instrumentos de *auditoria patrimonial de políticas públicas* e de *negociação multi-atores* vieram diversificar a caixa de ferramentas tradicional dos planejadores e gestores de estratégias alternativas de desenvolvimento. O acento é colocado aqui nas mudanças drásticas de percepção e atitude dos atores sociais envolvidos e nas implicações dessas mudanças para o fortalecimento progressivo de um dispositivo coletivo e negociado de gestão de recursos de uso comum⁷.

Territorialidade

Finalmente, a proliferação de estudos de caso sobre as experiências de *desenvolvimento local* e *desenvolvimento territorial* em diferentes contextos nacionais, no decorrer das décadas de 1980 e 1990, têm contribuído para o aprofundamento das noções (sistêmicas) de *endogeneidade*, *descentralização*, *autonomia* e *sistemas produtivos integrados*, que sempre foram consideradas como alicerces da posição

7 O termo é usado aqui para designar uma classe de recursos naturais relativamente aos quais a exclusão (ou o controle do acesso) é difícil, sendo que, além disso, cada usuário é capaz de subtrair do acervo compartilhado com todos os demais usuários. Consultar neste sentido Vieira, Berkes e Seixas (2005).

bottom up compartilhada pelos teóricos do ecodesenvolvimento. Sob o pano de fundo das incertezas, das coações e das oportunidades impostas pela globalização econômico-financeira e cultural, uma atenção especial passou a ser creditada à análise de respostas inovadoras e sinérgicas – em termos de reorganização socioeconômica, sociocultural e político-institucional – gestadas nesses espaços.

No rol dessas inovações estão incluídas, entre outras, a emergência de novas formas de *reciprocidade econômica*, nutridas pela formação de um tecido social especialmente coesivo e cooperativo; a estruturação de *sistemas produtivos locais* em zonas rurais, integrados em *redes* de pequenas e médias empresas que transcendem a esfera das relações puramente mercantis e desvelam novos tipos de atividade não-agrícola no meio rural; e a pesquisa de novos arranjos institucionais descentralizados e voltados para o exercício da *governança local e territorial*, da equidade, da busca de sinergia entre as comunidades locais e os diferentes âmbitos de regulação estatal, e da *gestão patrimonial dos recursos e meios naturais*.

Dito de outra forma, o dismantelamento progressivo do setor público e a redução mais ou menos drástica dos investimentos sociais nos países do Sul passaram a coexistir com o registro de experiências originais de auto-organização socioeconômica, sociocultural e sociopolítica no nível local, implicando processos de recriação de *identidades territoriais*. O esforço de pesquisa comparativa concentrada na elucidação desse fenômeno tem revelado que, em inúmeros contextos regionais, algumas populações passaram a assumir com autonomia crescente a busca de soluções originais no que diz respeito às opções de dinamização socioeconômica, à organização do trabalho produtivo e à gestão local dos recursos naturais de uso comum. Contrapondo-se a um esforço de ajustamento passivo às coações geradas pela globalização de inspiração neoliberal, instaurou-se assim uma nova lógica de organização *territorial* do desenvolvimento, convergindo em grande parte com os termos de referência e o perfil ideológico da versão originária do enfoque de ecodesenvolvimento. Mas esta tendência desempenha um papel ainda muito pouco elucidado nas dinâmicas de desenvolvimento socioeconômico atualmente (TAYLOR & MACKENZIE, 1992; CHAMBERS, 1989; WADE, 1988).

4. No cerne do debate: a integração da variável socioambiental

Nos dois hemisférios, a proliferação de estudos de caso centrados na dimensão territorial do desenvolvimento têm contribuído para fazer avançar uma nova geração de políticas públicas de combate à pobreza e à exclusão social – uma tendência que pode ser identificada em nosso País a partir das ações que passaram a ser estimuladas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE) nos últimos anos. No centro das atenções foi colocada a temática da reestruturação produtiva do meio rural, em decorrência da perda intensiva da capacidade de geração de emprego e renda das atividades agrícolas tradicionais. Ganham também mais nitidez e credibilidade os discursos sobre opções de *desenvolvimento agroecológico*⁸ para os pequenos produtores familiares, em contraste com a retórica tradicional, concentrada na apologia da agricultura patronal e empresarial (SACHS, 2002; ALTIERI, 1986; CAPORAL, COSTABEBER & PAULUS, 2006).

Além disso, num contexto marcado pelo emperramento do processo de implementação da *Agenda 21 Brasileira* – processo este ainda hoje considerado muito aquém do limiar desejável – vêm se tornando cada vez mais oportunos os estudos de viabilidade política do enfoque territorial do desenvolvimento nas diversas regiões brasileiras.

Não obstante a constatação desses avanços, na maior parte dos trabalhos afinados com o enfoque territorial – e de forma um tanto paradoxal – pouca atenção tem sido concedida (trinta e sete

8 No sentido de um sistema produtor de alimentos que visa reconciliar a agronomia e a ecologia promovendo o desenho de agroecossistemas sustentáveis. Coloca em primeiro plano a reciclagem sistemática da biomassa e a busca de alternativas ao uso de insumos químicos herdeiros da Revolução Verde e suscetíveis de degradar o meio ambiente biofísico. Opõe-se assim ao modelo agrícola e agroindustrial de corte produtivista-predatório, procurando integrar ao trabalho de planejamento e gestão os saberes e as práticas vernaculares. Além de modelo de produção alternativo, a agroecologia pode ser considerada como um sub-campo de pesquisa transdisciplinar-sistêmica aplicada à construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural sustentável.

anos após a Conferência de Estocolmo!) ao tratamento dos imensos desafios suscitados pela eclosão da crise socioambiental planetária e à recuperação da vasta literatura acumulada versando sobre o nexo *ambiente & desenvolvimento*. Continuam escassas e bastante fragmentadas as reflexões voltadas não só para a compreensão dos fatores que estão condicionando essa defasagem, mas também para a elaboração de uma possível plataforma metodológica compartilhada, capaz de alimentar, daqui em diante, a criação de programas coordenados de experimentação interdisciplinar-comparativa e de longo fôlego em diferentes contextos – locais, regionais, nacionais e mesmo internacionais (VIEIRA, 1995, 2005; MMA, 2002^a, 2002b, 2003).

Esta constatação reforça ainda o ponto de vista segundo o qual deveríamos considerar com atenção redobrada os possíveis riscos de *desvio economicista* e *tecnocrático* no manejo do enfoque territorial atualmente. Na opinião de Albagli (2004, p.63-64), se manejado de uma perspectiva meramente instrumental,

o território constitui peça-chave para a reprodução do capital que, se hoje em dia exige ser globalizado, necessita também de ancoragens físicas para os empreendimentos produtivos, ao mesmo tempo em que requer uma fronteira em constante movimento que atenda às contínuas transformações nas condições de sua reprodução. Diferenciação e especificidades territoriais são vistas aqui, fundamentalmente, como formas de atrair investimentos e gerar novas lucratividades, e a territorialidade é valorizada como mero objeto de interesse mercantil e especulativo.

Em outras palavras, a força de inércia da *ideologia economicista* pode chegar a comprometer seriamente a consistência das iniciativas em curso – ainda muito embrionárias – de construção e consolidação institucional de *territórios sustentáveis* no País. A hipótese subjacente assevera que as dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável têm poucas chances de serem concretizadas e consolidadas se forem pensadas apenas enquanto um novo vetor de dinamização socioeconômica no nível local, sem um esforço renovado de integração interinstitucional, de gestão patrimonial dos recursos naturais de uso comum e, por implicação, de reversão dos resíduos de autoritarismo e clientelismo que têm marcado, de forma indelével,

as transformações da nossa cultura política ao longo do tempo. A exemplo do que tem ocorrido no processo de disseminação da visão reducionista-tecnocrática do *desenvolvimento sustentável* e também da chamada *modernização ecológica*, o debate sobre *desenvolvimento territorial* desvinculado da reflexão de fundo sobre a questão ecológica deveria ser manejado com extrema cautela.

5. Pré-requisitos de viabilidade: promover a autonomia local e romper com a síndrome da *Torre de Babel*

Como pensar a viabilidade da passagem do conceito de desenvolvimento territorial sustentável à ação se levarmos em conta a atuação cronicamente deficitária do Estado brasileiro no campo da gestão socioambiental? Desde a célebre reunião de Estocolmo, e passando pela série de conferências internacionais subseqüentes, as intervenções oriundas dos três setores que configuram o tripé da governança territorial têm se revelado ambíguas, setorializadas e muito pouco sensíveis à complexidade embutida no inter-relacionamento dos sistemas sociais e dos sistemas ecológicos. Corroborar este ponto de vista a análise da política ambiental em sua conexão com as opções de desenvolvimento socioeconômico e sociopolítico assumidas no Brasil nas últimas três décadas. Sem negarmos os avanços conquistados ao longo dos anos 1980 e 1990, a expectativa de criação de um sistema integrado e participativo de gestão do patrimônio natural e cultural, além da melhoria da qualidade de vida do conjunto da população brasileira parece-me estar sendo sistematicamente frustrada até o momento (MONOSOWSKI, 1989; BURSZTYN, 1993).

Nos espaços de atuação da sociedade civil organizada, uma revisão da bibliografia produzida até 1992 mostra que, até o final dos anos 1980, apesar do crescimento do número de atores, o movimento ecológico manteve-se alheio a uma reflexão conseqüente e teoricamente fundamentada sobre o binômio *meio ambiente & desenvolvimento*. O predomínio desse viés *preservacionista* começa a mudar apenas a partir da disseminação do Relatório *Nosso Futuro Comum* e da formação gradual do ambientalismo complexo-multisetorializado na transição para os anos 1990. Se a realização da Conferência

do Rio fez com que o movimento acelerasse sua expansão e sua consolidação ideológica e organizativa, ao mesmo tempo levou-o a superestimar suas possibilidades de atuação em consonância com o enfoque preventivo-proativo de política ambiental (VIEIRA & VIOLA, 1992; VIEIRA, 1998).

No período posterior à realização da *Cúpula da Terra*, o movimento ambientalista entra em séria crise de identidade, face à ausência de uma agenda estruturada e consensualmente assumida pelos diferentes grupos envolvidos. Ainda hoje, eles continuam a não dispor de recursos de análise e de auto-organização suficientemente sólidos para fundamentar e viabilizar coalizões sociais em torno das noções-chave de *ecodesenvolvimento* e *Agenda 21 local em rede* (VIEIRA, 1998; ANDION, 2007).

Desafios, paradoxos e impasses

Durante os últimos vinte e cinco anos, foram constatados altos e baixos no processo de elaboração e implementação da política ambiental brasileira. Por um lado, a Constituição de 1988 contribuiu para fortalecer a atuação do Ministério Público. Por outro, a Conferência do Rio representou o início de um processo inédito de sensibilização em grande escala da opinião pública, inclusive de alguns segmentos importantes do empresariado. As avaliações realizadas durante a *Rio + 5* convergem no reconhecimento de que, no bojo de um agravamento tendencial da crise planetária do ambiente, a conscientização da população vem se intensificando e a armadura institucional para a consolidação das novas estratégias de desenvolvimento vem sendo fortalecida.

O acirramento da crise deflagrou um processo mais intenso de envolvimento de representantes de todos os setores – governamental, não-governamental e empresarial. Ao mesmo tempo, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) passou a levar em conta esta nova dinâmica participativa nas tomadas de decisão sobre políticas a serem definidas e sobre as resoluções a serem aplicadas. No transcurso das duas últimas décadas, as questões ali tratadas começaram a apresentar interfaces mais nítidas com as demais áreas e conselhos setoriais que compõem o conjunto da máquina

governamental. Trata-se, hoje em dia, de um fórum de resolução de conflitos e disputas de interesses que procura legitimar de forma transparente decisões e propostas de novas normas e leis, buscando reduzir progressivamente as tradicionais assimetrias no acesso à informação pertinente.

Ainda no período pós-Rio 92, passaram a ser criados também novos órgãos colegiados nos vários níveis da ação governamental. Apesar de muitos conselhos instituídos nos níveis estadual e municipal não terem se consolidado, o CONAMA deve ser considerado como um caso a parte. Pelo fato de ter conseguido resguardar sua capacidade aglutinadora e sua funcionalidade, ele vem se tornando um ponto de referência importante para o funcionamento da rede de conselhos populares que se encontra disseminada nas esferas local, microrregional e estadual. Neste contexto, a gestão ambiental colegiada passa a ser percebida, pelo menos em termos retóricos, como uma dinâmica de promoção da responsabilidade compartilhada, coletiva e democrática.

Todavia, uma análise menos impressionista da curva de evolução da política ambiental brasileira, bem como da consistência do *modus operandi* do sistema de gestão instituído revela inúmeras lacunas e contradições, sobretudo no que diz respeito às chances de reversão do estilo de desenvolvimento dominante. Os *obstáculos* mais significativos a esta mudança paradigmática de enfoque de planejamento e gestão podem ser sintetizados a partir de várias linhas de argumentação.

Inicialmente, devem ser levados em conta os obstáculos relacionados à dissociação entre os objetivos expressos nos textos e discursos sobre políticas ambientais e as opções reais de desenvolvimento socioeconômico que vêm sendo assumidas como parte do processo de abertura do País à globalização (assimétrica) dos circuitos econômico-financeiros e culturais. Em contraste com a retórica oficial, no transcurso das três últimas gestões governamentais a valorização de uma política ambiental de corte preventivo-proativo vem sendo sistematicamente colocada em segundo plano.

Em seguida, importa destacar os obstáculos relacionados à especificidade da *cultura política* brasileira. Por um lado, continua precário o controle social das decisões sobre os rumos da política

ambiental. Persiste uma assimetria de poder nas ações empreendidas no nível federal e nos níveis estadual e municipal. Ela resulta em parte dos entraves burocráticos típicos do funcionamento do nosso sistema político, ainda desprovido das estruturas passíveis de induzir uma autêntica repartição de responsabilidades no cumprimento eficiente das tarefas públicas. Persistem também as desigualdades na distribuição dos custos socioambientais de projetos, planos e programas de desenvolvimento, em função da limitada capacidade de auto-organização e barganha política da sociedade civil.

Por outro lado, vários autores salientam a carga negativa representada pelos processos de degeneração funcional das instituições políticas, a saber: a existência de interesses contraditórios e corporativos no interior da própria máquina de gestão pública (ministérios, governos estaduais e municipais, empresas estatais e mistas) e a falta de transparência dos processos de tomada de decisão sobre tópicos essenciais da vida coletiva, para além do viés tecnicista e burocrático predominante. Tais processos degenerativos poderiam ser revertidos mediante a revisão dos procedimentos instituídos de tomada de decisão colegiada, acentuando-se seu viés democrático-participativo, mas continuamos às voltas com um *déficit instrumental* significativo, face ao caráter embrionário do processo de *ecologização* efetiva do conjunto das políticas públicas (Ribeiro, 2000).

Num terceiro grupo de obstáculos podemos incluir as carências institucionais sentidas no decorrer dos processos de operacionalização das diretrizes de gestão integrada e participativa dos recursos naturais e do meio ambiente. Além da crise de legitimidade do sistema de gestão, muitas vezes, os técnicos do setor público não detêm o nível de competência mínima exigida na aplicação criteriosa dos instrumentos convencionais e dos novos instrumentos de regulação emergentes. Em outras palavras, carecemos de uma tradição consolidada de articulação ágil e orgânica das diversas agências do setor público com o sistema nacional de ciência e tecnologia – por sua vez minado pela fragmentação dos programas e pela síndrome de privatização mais ou menos velada dos serviços públicos considerados essenciais. Não deveríamos minimizar também os dilemas colocados pela necessidade de regulamentação jurídica progressiva dos novos princípios constitucionais, e tampouco a ausência de uma

tradição de co-participação *contratualizada* da sociedade civil nos processos de planejamento e gestão.

Last but not least, muitos temas são introduzidos na agenda governamental apenas no momento em que se tornam socialmente percebidos por influência da mídia. Na década de 1980, por exemplo, a atenção da opinião pública foi concentrada na elevação dos índices de poluição atmosférica, considerados críticos em Cubatão; na década de 1990, o foco passou a ser deslocado para os problemas de contaminação dos recursos hídricos e de elaboração dos novos dispositivos de regulação jurídica; e no ano 2000, ganharam destaque os problemas relacionados à coleta e destino final dos resíduos sólidos, exprimindo as demandas de segmentos majoritários da classe média urbana. Curiosamente, muitos outros temas de importância crucial ainda não alcançaram o campo perceptivo da massa da população – a exemplo das relações entre poluição e pobreza ou dos estarecedores níveis de violência estrutural embutidos nas atuais assimetrias Norte-Sul.

Ainda no âmbito da grande diversidade de representações possíveis da crise socioambiental, seria importante destacar o fluxo ininterrupto de novas situações problemáticas para as quais não dispomos ainda de uma base fidedigna de conhecimento técnico-científico. Exemplos expressivos podem ser encontrados nos casos dos organismos geneticamente modificados, da síndrome da *vaca louca*, ou dos desequilíbrios climáticos globais, entre outros. Em todos eles podemos constatar o peso das incertezas e controvérsias envolvendo muitas vezes os próprios pesquisadores e o bombardeio maciço de informações fragmentadas, desconexas e muitas vezes contraditórias sobre a opinião pública.

Rumo à gestão patrimonial de "territórios construídos"

Face às evidências disponíveis sobre as interfaces entre a crise do mundo rural e a degradação intensiva da qualidade de vida nas aglomerações urbanas, a análise de processos de descentralização político-administrativa para o fortalecimento das alternativas de *desenvolvimento territorial sustentável* tornou-se também um item prioritário da agenda ambiental brasileira.

A avaliação dos casos positivos de envolvimento dos governos municipais na busca de superação desses impasses parece reforçar as diretrizes assumidas pelo Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Mas a discussão relativa às condições de viabilidade de uma gestão compartilhada dos recursos naturais e do meio ambiente é muito mais complexa do que se imagina e dependeria, na minha opinião, de uma elaboração mais rigorosa do conceito-chave de *autonomia local* que está na base do modelo ecodesenvolvimentista (GODARD & SACHS, 1975; GODARD, 1980; GALTUNG, 1977).

Como já foi mencionado acima, na comunidade de pesquisadores vinculados à tradição do ecodesenvolvimento este conceito não designa uma condição de autarquia relativamente aos níveis superiores de organização político-administrativa. Refere-se, antes, a um tecido cultural gerador de estratégias endógenas ou auto-determinadas de desenvolvimento, baseadas no ideal de *empoderamento*. Sem autonomia não poderíamos falar de *governo local*, mas apenas de administração local; e sem a instauração efetiva dos princípios de subsidiariedade e de *interdependência negociada* a instauração de sistemas de planejamento e gestão compartilhada torna-se impensável.

Mas seria importante reconhecer aqui as influências cada vez mais determinantes exercidas pelo nível global-planetário sobre a organização da vida coletiva nos espaços locais e micro-regionais. Sob o pano de fundo das mudanças induzidas pelas novas tecnologias de informação e telecomunicação, o nível global-planetário abriga e condiciona atualmente os fluxos financeiros e comerciais que influenciam decisivamente as opções de apropriação, uso e repartição do patrimônio natural e cultural. Desta perspectiva, caberia aos espaços de gestão referenciados ao nível nacional responder pela indução e articulação de estratégias plurais de ação corretiva, desgastando assim a lógica homogeneizadora (e ainda hegemônica) das soluções universalistas de corte tecnocrático e geradoras de *violência estrutural*. Nesse sentido, se não cabe manter a expectativa de participação democrática sem um processo correspondente de redistribuição de poder (econômico e político-administrativo) do nível nacional para os níveis infra-nacionais, ao mesmo tempo seria indispensável reconhecer que é no espaço de exercício do poder nacional que são articuladas as estruturas que poderiam favorecer

o exercício efetivo da autonomia local, arbitrando os conflitos que afloram como uma constante nas interações com os níveis superiores de organização territorial.

Neste sentido, quais seriam as novas oportunidades de intervenção que o SISNAMA oferece atualmente aos planejadores e gestores de estratégias territorializadas de desenvolvimento no País? Considerando-se que a participação dos governos municipais no processo de criação de alternativas irá depender do grau de autonomia atribuída aos governos locais, seria importante re-enfatizar que infelizmente o Brasil não dispõe ainda de um sistema de cooperação permanente entre as entidades administrativas dos estados e dos municípios. No jogo de inter-relações entre os diferentes níveis de governo, não se tornaram ainda suficientemente claros os novos papéis que as prefeituras podem exercer. Esta lacuna compromete a aplicação do *princípio de subsidiaridade* em busca de soluções duradouras para uma série de macro-problemas que tendem a se complexificar a cada dia que passa. As dificuldades não se limitam às indefinições legais ou a uma atribuição pouco transparente de competências e responsabilidades políticas e administrativas. Elas decorrem também do pluralismo de representações sobre a crise ecológica encontrada entre os agentes do setor público, além destes últimos permanecerem atrelados a uma cultura política clientelística, conservadora, corrupta e ainda fortemente marcada por resíduos autoritários.

A necessidade de fortalecermos institucionalmente um sistema de gestão capaz de articular sistemicamente os três níveis de governo, em nome de uma *governança territorial*, baseia-se no reconhecimento de que, num país de porte continental, o controle efetivo da implementação das novas diretrizes exige a consolidação de uma dinâmica efetivamente descentralizadora. Entretanto, o descompasso criado entre os avanços obtidos na regulação jurídica dos problemas ambientais e as limitações do processo de reestruturação administrativa acabou gerando um sério vácuo institucional. O que já está instituído como sistema formal de gestão (com o estatuto jurídico correspondente) tende, sem dúvida, a favorecer a busca de *soluções negociadas* e transgressoras da lógica centralizadora e autoritária que ainda prevalece no sistema político brasileiro. Mas persistem ainda inúmeros impasses dignos de registro, ao lado de oportunidades ainda

muito pouco exploradas de recriação do sistema (SACHS, 1986a, 1995; VIEIRA & WEBER, 2000; SOUTO-MAIOR, 1992; KRELL, 1993).

No mapa das *carências* mais significativas não poderíamos deixar de insistir no reconhecimento de que o país não dispõe ainda de um verdadeiro *federalismo cooperativo*. Contamos apenas com uma estrutura onde as diferentes esferas de tomada de decisão entram em acordo espontaneamente, a fim de superarem as dificuldades vigentes do atual sistema de separação administrativa. Este tipo de interação não está baseado num padrão organizativo capaz de propiciar uma parceria equilibrada e socialmente transparente; apenas reproduz um conjunto de relações mais ou menos veladas de dominação-dependência sujeitas às instabilidades e patologias típicas da nossa cultura política. Convivemos também com as relações competitivas entre os entes federativos reveladas, por exemplo, na guerra fiscal e na disputa “selvagem” por novos investimentos econômico-financeiros.

Nesse sentido, não resta dúvida de que o funcionamento do SISNAMA representa uma violação do sistema tradicional de divisão administrativa entre os diferentes níveis de governo. Pois trata-se de uma estrutura complementada por convênios livremente celebrados entre os mesmos. Os convênios de cooperação firmados entre os órgãos federais e as administrações municipais permanecem ainda hoje carentes de um controle social efetivo sobre o uso dos recursos envolvidos, bem como sobre os mecanismos de capacitação dos agentes executores – tanto para a prestação de contas como para a utilização eficiente dos recursos. Isto certamente amplia o leque de opções de uso clientelístico dessas relações. Ao mesmo tempo, o sistema criado tende a não respeitar adequadamente as competências legislativas dos municípios (oriundas de sua autonomia constitucional). Eles permanecem deficitários, tanto em termos de dados atualizados sobre a dinâmica de apropriação dos recursos naturais de uso comum, quanto de recursos financeiros e humanos indispensáveis a um esforço conseqüente de gestão integrada, descentralizada e comensurada à dimensão do longo prazo. Parece assim compreensível que, dezessete anos após o término da Cúpula da Terra, o programa de criação de Planos Diretores Municipais e de Agendas 21 locais permaneça ainda em estágio embrionário.

Num segundo momento, cabe ressaltar a persistência de sérias deficiências de formação e comunicação. A grande maioria dos prefeitos e vereadores parece desconhecer, ainda hoje, o fato de que seus municípios integram o SISNAMA e dispõem de direitos, responsabilidades e possibilidades de ação que resultam da participação efetiva no sistema. Em consequência, tendem a se considerar incompetentes para lidar com os problemas relacionados à confrontação preventiva e proativa da crise socioambiental, transferindo ao máximo possível a responsabilidade para os níveis superiores de organização política.

As limitações provocadas pela ausência de vontade política *efetiva* – e não meramente retórica – constitui outro dado decisivo a ser levado em conta. A ambição de tornar este sistema o eixo-diretor de uma transformação drástica da cultura política corresponde muito pouco à realidade constatada na maior parte das nossas administrações municipais atualmente⁹. No Brasil existe uma grande diversidade de municípios, incluindo-se nisto as metrópoles, as cidades médias, os pequenos municípios, as cidades pioneiras em franjas de fronteira e os municípios caracterizados como patrimônio histórico. O sistema instalado não leva em conta adequadamente os desníveis de desenvolvimento institucional e de abertura a mudanças nos três níveis de organização federativa.

No nível do ajustamento da nova legislação às especificidades territoriais, tornou-se necessário delimitar melhor as novas responsabilidades das instituições atuando nos níveis estadual e municipal. Trata-se de viabilizar o exercício de uma autêntica *gestão ambiental autônoma*. O artigo 23 da Constituição de 1988, regulamentando a competência administrativa comum aos três níveis de governo para o tratamento dos problemas socioambientais, avança em termos programáticos e ainda muito gerais na revisão do sistema de separação administrativa. Todavia, subsistem inúmeros problemas de interpretação e de implementação, a serem sanados por meio de normas específicas

9 A Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA), criada há mais de uma década, visa congregiar as iniciativas de gestão ambiental promovidas no nível local. Os municípios lutaram e conseguiram ampliar expressivamente sua representação no CONAMA, o que atesta uma valorização crescente da ação local no âmbito do SISNAMA.

claramente formuladas. Tais mudanças poderão inclusive favorecer uma confrontação mais eficiente dos problemas socioambientais, na medida em que se facultaria aos prefeitos intervir com autonomia crescente na aplicação da legislação federal e estadual¹⁰.

Finalmente, o enfrentamento efetivo desses problemas envolve necessariamente conflitos de percepção e de interesse. Muitas vezes, a prioridade concedida à dinamização socioeconômica, num contexto de incertezas e instabilidades que acompanha a dinâmica de mundialização da ideologia mercantil, condiciona uma atitude de minimização das ameaças e riscos envolvidos.

Por outro lado, no rol das *oportunidades* ainda pouco exploradas de gestão nos moldes preconizados pelo enfoque de ecodesenvolvimento podemos incluir, inicialmente, os novos espaços que se abrem ao desenvolvimento do *direito ambiental* – um campo de conhecimento ainda muito incipiente no País – e à conquista de uma legislação ambiental cada vez melhor ajustada às necessidades de uma gestão local ou comunitária dos recursos de uso comum. Já se tornou bastante difundida a idéia de que os municípios podem (e devem) legislar nesta área em regime de autonomia compartilhada – ou de *co-gestão*. Mas a passagem da teoria à prática não é evidente e a adequação da legislação às especificidades dos problemas sentidos no nível local poderá se transformar num dos condicionantes de uma participação mais efetiva e intensa das forças vivas da sociedade em sistemas comunitários de gestão do patrimônio natural e cultural.

Além disso, cabe uma referência cursiva à abertura de novos mecanismos de coordenação intermunicipal, capazes de alavancar um programa de experimentações com estratégias *territorializadas* de desenvolvimento. Apesar das desigualdades em termos de dotação de recursos, bem como dos impactos diferenciados da legislação sobre o nível local, vêm se expandindo as possibilidades de cooperação interinstitucional para a reativação de economias locais à luz das pesquisas recentes sobre desenvolvimento territorial sustentável. Como foi salientado acima, o Ministério do Desenvolvimento Agrário vem se mostrando atualmente disposto a assumir gradativamente a

10 O CONAMA aprovou em 1997 a resolução 237, que procura organizar a atuação federativa no âmbito da gestão ambiental pública.

abordagem territorial nos diversos programas sob sua responsabilidade. Espera-se que ele avance no sentido de uma definição mais nítida da engenharia institucional que se faz necessária para levar a cabo essa intenção. Trata-se de romper com um padrão ainda dominante de formulação de políticas públicas de desenvolvimento baseadas em leituras fragmentadas dos contextos regionais, procurando atender apenas a setores sociais específicos e desconsiderando o jogo de interdependências dinâmicas, as complementaridades produtivas e a densidade associativa existentes nesses contextos.

Daqui em diante, a evolução do sistema de planejamento e gestão instituído em nosso País deverá exigir também investimentos mais substanciais na criação e difusão permanente de informação técnico-científica relevante. Para muitos pensadores contemporâneos, a crise global na qual estamos imersos constitui, em suas raízes mais profundas, uma *crise de consciência*. O desconhecimento dos fatores críticos que condicionam não só as atuais tendências destrutivas, mas também os espaços de manobra para intervenções coordenadas e de longo fôlego tornou-se o pior adversário dos adeptos de uma política de desenvolvimento de corte simultaneamente preventivo e proativo. O fomento à integração inter e transdisciplinar do conhecimento científico e a construção de um vasto sistema de *educação para o desenvolvimento territorial sustentável* destacam-se, portanto, como um requisito suplementar de inegável importância estratégica (VIEIRA, 2003; TONNEAU & VIEIRA, 2006).

Promovendo a integração transdisciplinar do conhecimento

O aperfeiçoamento de uma abordagem transdisciplinar, baseada no conceito de *complexidade sistêmica*, traduz a exigência de questionamento da eficiência dos mecanismos geralmente utilizados na busca de fundamentação científica dos processos de reorganização social e política. A consideração simultânea de fatores biológicos, psicológicos, socioculturais e ecológicos nas práticas convencionais de planejamento e gestão encontra na elaboração de modelos e na análise prospectiva dois procedimentos complementares, formando uma espécie de *simbiose* que se alimenta do refinamento intensivo da

tecnologia de processamento eletrônico da informação. As consequências *possíveis* das propostas de intervenção colocadas em debate pelos pesquisadores passam a ser exploradas com mais acuidade por meio dessa versão instigante de *prospectiva social*. Os *cenários de futuros possíveis* alimentam as tomadas de decisão coletiva “em universo controvertido” – ou seja, em meio a uma flagrante diversidade de formas de justificação das estratégias de enfrentamento da crise planetária do meio ambiente e do desenvolvimento (BAREL, 1971, 1973; OZBEKHAN, 1971; DURAND *et al.*, 1976; DELAMARRE, 2002; GODARD, 1996).

A gestão da complexidade envolvida na reorganização transdisciplinar das comunidades científicas e na criação de sistemas de planejamento e gestão cada vez melhor articulados à evolução da pesquisa ecológico-humana pode ser vista como um dos principais desafios a serem confrontados – daqui em diante – pelos planejadores e gestores de políticas ambientais de corte preventivo-proativo, norteadas pelo enfoque de desenvolvimento territorial sustentável.

O volume crescente de impactos socioambientais produzidos por projetos, programas, políticas setoriais e ações pontuais de intervenção no campo do desenvolvimento local e territorial exprime, de forma eloqüente, a complexidade envolvida na gestão dos sistemas socioambientais. A captação precisa desses impactos, por meio de procedimentos de análise sistêmica, esbarra geralmente no fato de que, além do número elevado de fatores a serem considerados, as inter-relações entre os mesmos apresentam caráter não linear, envolvendo diferentes níveis hierárquicos e ocasionando efeitos “emergentes” e avessos a uma análise por via reducionista, mono ou mesmo pluridisciplinar. Somam-se a isso os problemas colocados pela internalização da ótica de sustentabilidade de longo prazo e dos riscos de irreversibilidade dos danos ambientais, onde as incertezas e controvérsias científicas ocupam um espaço cada vez mais importante.

A tomada de consciência da necessidade de uma nova matriz de ordenamento do potencial de pesquisa sobre essa temática parece decorrer, como foi salientado na introdução deste artigo, da disseminação progressiva da idéia de que

o conjunto de objetos designados sob a categoria de meio ambiente define-se somente em referência a um sujeito principal (um ator, um agente, um sistema) e mais particularmente em referência às percepções, aos interesses, às funções e à sensibilidade deste sujeito; os objetos e processos que compõem o meio ambiente não se encontram reunidos num mundo único senão através do tipo de interesse e dos modos de ação do sujeito. Em função de sua identidade e de suas estratégias, este último lhe confere sentido, seleciona e atualiza a informação que eles contêm, de uma maneira que lhe é própria e que os faz surgir como oportunidades, coações ou pontos de referência simbólicos, segundo o caso. O meio ambiente constitui assim o produto ideal do sujeito, ou, mais precisamente, a categoria cognitiva que designa os objetos especificados por sua relação a um sujeito de referência (GODARD, 1992, p.340).

As propriedades mais gerais desta relação fornecem um quadro de referência analítico para investigações sobre a crise socioambiental nos mais diversos campos de especialização monodisciplinar.

Na revisão da bibliografia disponível sobre o assunto podem ser encontrados vários indicadores dessa sensibilidade ao novo paradigma científico. Dentre os mais expressivos destacam-se a utilização de modelos multifatoriais (quantitativos e qualitativos) envolvendo a exploração criteriosa de interdependências e esquemas de auto-regulação baseados em circuitos de *feedback*, incursões exploratórias no domínio da teoria sistêmica do planejamento participativo, críticas à teoria neoclássica do meio ambiente inspiradas na teoria dos sistemas autônomos e, finalmente, avanços no refinamento do conceito-chave de *sistemas produtivos locais integrados*. Apesar dessas evidências, o trabalho de fundamentação teórica das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável não atingiu ainda um patamar de maturidade considerado suficiente para fazer justiça às duras exigências colocadas pela crise recorrente das teorias e das práticas de desenvolvimento na transição para o novo milênio.

No transcurso das últimas duas décadas, vem se intensificando a percepção de que, na maior parte dos vários ramos da ciência e da tecnologia, a abordagem analítico-reducionista deixa de levar em

conta um aspecto essencial do mundo em que vivemos, a saber, as interconexões dos fenômenos vivos e as incertezas que cercam a dinâmica evolutiva dos sistemas socioambientais. Esta abordagem permanece hegemônica na comunidade científica, respondendo pela estratégia do *conhecer cada vez mais sobre fatias cada vez mais restritas da realidade*. No plano da cooperação entre especialistas e equipes de pesquisa, o efeito dominante pode ser caracterizado com base no mito da *Torre de Babel*: por um lado, um número crescente de profissionais dispendo de acesso a canais cada vez mais planetarizados de intercâmbio de informação científica, mas ainda incapazes de transpor as barreiras de entendimento criadas pelas linguagens esotéricas de suas disciplinas de origem; e por outro, pouco dispostos a investir tempo e energia num trabalho de reciclagem contínua, considerada indispensável à confrontação dos macro-problemas típicos da nossa época.

Como acentuam Gibbons e Nowotny (2001), a busca de integração transdisciplinar pode ser vista como um novo modo de produção do saber. Ele contrasta com a hegemonia do modo predominante, baseado na mera justaposição de disciplinas e numa tendência de insulamento da academia face às demandas emergenciais de reorganização da sociedade. Essa transformação provém de uma evolução das inter-relações entre a ciência contemporânea e a cultura, que passa pela busca simultânea de integração e *contextualização* mais decidida do conhecimento produzido.

Este questionamento do papel *narcisista* que tem sido assumido por uma boa parte da comunidade científica diante da virulência da crise socioambiental planetária vem sendo reforçada pela tomada de consciência do *fim das certezas*, denunciado com eloquência por Ilya Prigogine (1996). Trata-se agora de delimitar as condições de possibilidade desse novo estilo de decodificação dos mistérios do mundo com vistas à gestão patrimonial dos riscos inerentes à difusão de inovações técnicas em sentido amplo. Aqui, a idéia de *co-construção participativa das novas problemáticas sociotécnicas* – ou seja, do caráter reflexivo das interações envolvendo o processo de evolução do conhecimento científico e as representações sociais da crise e de sua superação – emerge como um elemento crucial a ser incluído nos procedimentos usuais de avaliação e gestão.

Outro aspecto importante dessa temática ligada à geração de uma base mais sólida de conhecimentos diz respeito aos usos possíveis da técnica de *avaliação de impactos socioambientais*. Como já foi assinalado anteriormente, esta modalidade de avaliação pode ser considerada como a base de sustentação dos diagnósticos socioambientais participativos. Mas sejam quais forem as condições jurídicas que normatizam sua aplicação, ela traduz uma exigência de coleta de informações e de diagnóstico preliminar que não garante, em si mesma, a neutralização dos focos estruturais dos problemas socioambientais. No estágio atual das discussões acadêmicas sobre o tema, parece evidente que este instrumento continua sendo exercida de um ponto de vista meramente “reativo-remedial” e não como um poderoso instrumento de corte simultaneamente preventivo e proativo. O papel de instrumento de negociação política estaria sendo exercido de maneira ainda muito incipiente, talvez pelo fato de não dispormos de uma tradição de negociação e uma cultura de planejamento ajustadas à multi-dimensionalidade da crise socioambiental contemporânea. Retomando mais uma vez a linha de argumentação de Sánchez (1991, p.21), as modalidades de negociação que vêm sendo adotadas pelos proponentes de projetos e programas de intervenção na cena do desenvolvimento local continuam sendo, na maioria dos casos, “do tipo discussões técnicas bipartites, ou seja, entre uma indústria e a agência de controle de poluição, acerca de medidas de redução de poluição e do cronograma de sua implantação. Geralmente, a participação do público ainda é percebida como nociva e manipulada por políticos com interesses próprios e não coincidentes com os da comunidade”.

Um exemplo desta abordagem redutora da complexidade embutida na construção de territórios sustentáveis em nosso País estaria expresso no uso da avaliação de impactos socioambientais como um simples instrumento de escolha entre diferentes tecnologias dotadas de maior ou menor potencial poluidor, mas sem que se chegue a questionar pela base os objetivos estratégicos e a própria racionalidade que preside à concepção dos projetos para os quais as tecnologias em pauta estariam sendo direcionadas.

De forma alguma as respostas possíveis a esses desafios poderão ser oferecidas num horizonte de curto prazo. Pois elas dependem

menos da capacidade instalada de regular o comportamento social por meio de sanções jurídicas cada vez mais severas do que das injunções criadas por conflitos de interesse e pela capacidade real de barganha dos diversos atores sociais envolvidos – ou seja, da configuração da *cultura política* prevalecente em cada contexto territorial.

Diante da diversidade de interesses em jogo e do perfil conflituoso que a busca de internalização da dimensão socioambiental assume, via de regra, nos sistemas de regulação social da economia, não só o conteúdo científico e técnico da avaliação acaba se tornando um desafio de natureza política, desvelando as condições reais de distribuição da competência científica e do controle do seu exercício. Cabe também levar em conta a arquitetura de um sistema de planejamento considerado capaz de tornar o envolvimento popular não uma série de eventos pontuais – a exemplo de audiências públicas esporádicas – e tampouco um conjunto de ocorrências aleatórias, mas um processo contínuo e estrategicamente orientado de aprendizagem coletiva. O novo contexto deverá oferecer soluções viáveis à necessidade de tornar a avaliação de impactos potencialmente apta a modificar a correlação de forças políticas entre os atores envolvidos – num sentido mais favorável àqueles interessados na experimentação com o enfoque de desenvolvimento territorial sustentável.

6. Considerações finais

A energia que move as ações de mudança encontra-se armazenada no espectro que se estende da busca de satisfação de interesses egocêntricos no âmbito das trocas mercantis à preocupação pela efetivação das condições básicas de sobrevivência e emancipação das comunidades locais. Depurar cada vez mais a qualidade dessa energia tornou-se uma exigência essencial ao êxito de uma gestão colegiada do patrimônio natural e cultural, capaz de dar voz à defesa de interesses difusos, amplos e pulverizados da coletividade.

Vista dessa perspectiva, a difusão do conceito de *desenvolvimento territorial sustentável* torna-se oportuna, mesmo num contexto de interpretações ainda bastante controvertidas sobre o seu real significado. Neste artigo procuramos oferecer uma imagem mais nítida da globalidade dessa proposta, da sofisticação da estrutura teórica

e metodológica que lhe dá suporte e da radicalidade dos mecanismos de intervenção que decorrem da adoção de seus pressupostos epistemológicos e ético-políticos. Argumentamos que este conceito designa uma modalidade de política ambiental de corte simultaneamente preventivo e proativo, focalizando a relação sociedade-natureza de uma perspectiva sistêmica conseqüente. Sua aplicação exige uma dinâmica de experimentações comparativas e de longo fôlego com enfoques analíticos de corte transdisciplinar e com sistemas autenticamente descentralizados de planejamento e gestão.

Parece desnecessário insistir no reconhecimento de que estamos ainda muito distantes desse ambicioso *ideal-regulativo*. Trinta e sete anos após a realização da Conferência de Estocolmo, a *idéia-força* de endogeneidade das trajetórias de desenvolvimento integrado continua associada a um padrão de planejamento pensado como um espaço de *aprendizagem social permanente*, voltado para a arquitetura de um novo projeto de sociedade e inspirado no ideal de uma democracia realmente participativa. Neste sentido, contrasta nitidamente com um padrão que se caracteriza pela insistência em manter uma concepção reducionista da atividade econômica e uma concepção tecnocrática e burocratizada da natureza dos processos de tomada de decisão política.

As possibilidades que dispomos, hoje em dia, de criação de novas estruturas, baseadas em estratégias de transição que se inscrevam num tecido socioinstitucional enrijecido, marcado pela fragmentação, pelo oportunismo, pela corrupção velada e pela descontinuidade crônica dos esforços são certamente muito limitadas. Some-se a isso os riscos sociais e ecológicos suscitados pela nova e desfavorável correlação de forças no contexto geopolítico global, baseada na transnacionalização *economicista* dos circuitos tecnológicos, financeiros e produtivos. Se parece bastante plausível a hipótese de que o desenvolvimento territorial sustentável não ocorrerá pelo jogo espontâneo das forças do mercado, uma visão lúcida da crise reforça a impressão de que, muito provavelmente, continuaremos atrelados ainda por muito tempo numa dinâmica de degradação intensiva do patrimônio comum da humanidade.

Não obstante, conta a nosso favor o reconhecimento de que a evolução dos sistemas complexos obedece a trajetórias

inerentemente imprevisíveis. O descrédito progressivo da visão determinista ou *historicista* dos encadeamentos entre os diferentes estágios de evolução das sociedades parece ter confirmado a validade desta asserção. A perspectiva adotada neste artigo reforça a impressão de que a utilização do novo paradigma sistêmico-transdisciplinar, ou melhor, de que o exercício da *inteligência da complexidade* (MORIN & LEMOIGNE, 2000) pode vir a desempenhar um papel decisivo na criação de “*estratégias sem remorso*” de regeneração cultural nos próximos tempos. A experimentação lúcida e paciente com o enfoque de desenvolvimento territorial sustentável faz parte dessa dinâmica transgressiva de invenção de “*formas de resistência obstinada à barbárie do presente*”.

Recebido em 20.3.2009

Aprovado em 5.4.2009

Referências

AIDA, S. *et al.* **Science et pratique de la complexité**. Paris: La Documentation Française, 1986.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V.N. *et al.* (Orgs.), **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégias de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: Sebrae, 2004.

ALTIERI, M. **Agro-écologie: bases scientifiques d'une agriculture alternative**. Paris: Debard, 1986.

AMIN, S. **L'accumulation à l'échelle mondiale**. Paris: Anthropos, 1970.

_____. **Le développement inégal**. Paris: Anthropos, 1973.

ANDION, M.C.M. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina**. Os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGRECO. Florianópolis (Tese). Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, 2007.

AUBIN, J-P. Uma metáfora matemática da evolução econômica: a teoria da viabilidade. In: VIEIRA, P.F.; WEBER, J. (Orgs.) **Gestão de**

recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BARBIER, R. **La recherche-action.** Paris: Anthropos, 1996.

BAREL, Y. **Prospective et analyse de systèmes.** Paris: La Documentation Française, 1971.

_____. **Prospective sociale: une proposition de méthode.** *Analyse et Prévision*, 1973

_____. **La société du vide.** Paris: Seuil, 1984.

BARTELMUS, P. **Environment and development.** London: Allen and Unwin, 1986.

BECKERMAN, W. Economic growth and the environment: whose growth? Whose environment? *World Development*, 20(4), 1992.

BERKES, F. Conexões institucionais transescalares. In: VIEIRA, P.F.; BERKES, F.; SEIXAS, C.S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais.** Conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: APED e Secco, 2005. p. 293-332.

BERKES, F. *et al.* The benefits of the commons. *Nature*, nr. 340, 1989.

BERKES, F.; COLDING, J. & FOLKE, C. **Navigating social-ecological systems.** Building resilience for complexity and change. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BERKES, F. & FOLKE, C. (Eds.). **Linking social and ecological systems.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BERTALANFFY, L. von. **General systems theory.** New York: Braziller, 1968.

BERTHOUD, G. Modernity and development. *The European Journal of Development Research*, 2(1), 1990.

BOOKCHIN, M. **Une société à refaire.** Montréal: Les Editions Écosociété, 1993.

BOTKIN, D.B. **Discordant harmonies. A new ecology for the 21th century.** New York: Oxford University Press, 1990.

BOURG, D. **Les scénarios de l'écologie.** Paris: Hachette, 1996.

BOYDEN, S. **The ecology of a city and its people. The case of Hong Kong.** Camberra: ANUP, 1981.

BROHMAN, J. **Popular development**. Rethinking the theory and practice of development. Oxford: Blackwell, 1996.

BROMLEY, D.W. **Making the commons work: theory, practice and policy**. São Francisco: ICS Press, 1992.

BUCKLEY, W. **Modern systems research for the behavioral scientist**. Chicago: Aldine, 1968.

_____. **A sociologia e a moderna teoria dos sistemas**. São Paulo: Cultrix, 1971.

BUNGE, M. **Ciência e desenvolvimento**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

BURSZTYN, M. (Org.) **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. & PAULUS, G. **Agroecologia**. Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília, 2006.

CHAMBERS, R. The State and rural development ideologies and an agenda for the 1990's. Sussex: IDS (Discussion Paper, nr. 269), 1989.

_____. The origins and practice of participatory rural appraisal. *World Development*, 22(7):953-69, 1994.

CIREL. **Rapport scientifique 1973-1986**. Paris: Ehess, 1986.

DANSEREAU, P. **La terre des hommes et le paysage intérieur**. Montréal : Leméac, 1973.

_____. Uma preparação ética para a mudança global. In : VIEIRA, P.F. ; RIBEIRO, M.A. (Orgs.). **Ecologia humana, ética e educação. A mensagem de Pierre Dansereau**. Porto Alegre : Pallotti e APED, 1999. p. 299-372.

DELAMARRE, A. **La prospective territoriale**. Paris: La Documentation Française / DATAR, 2002.

DESHLER, D.; EWERT, M. **Participatory action research**. Traditions and major assumptions. PARnet, 1995. (<http://www.parnet.org>).

DUPUY, J.P. **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DURAND, C. *et al.* **Prospective, planification, programmation**. Paris: La Documentation Française, 1976.

EME, B. & LAVILLE, J.L. Economie solidaire. *In*: LAVILLE, J.L. & CATTANI, D. (Eds.). **Dictionnaire de l'autre économie**. Paris: Desclée de Brouwer, 2005.

FORRESTER, J.W. Counterintuitive behavior of social systems. **Theory and Decision**, 2 :109-148, 1971.

FRANK, A.G. **Le développement du sous-développement**. Paris: Maspéro, 1970.

FUNDAÇÃO DAG HAMMARSKJÖLD. **Que faire?** Uppsala: DHF, 1975.

GADGIL, M. New meanings for old knowledge : The People's Biodiversity Registers Programme. Bangalore: CES.,1999.

GALTUNG, J. **Self-reliance. A strategy for development**. Londres: Bogle L' Ouverture, 1977.

_____. **On violence in general and terrorism in particular**. Oslo: University of Oslo, 1978.

_____. Cultural peace: some characteristics. *In*: UNESCO (Org.). **From a culture of violence to a culture of peace**. Paris: Unesco, 1996. p. 75-92.

GARCÍA, R. Interdiscipliniedad y sistemas complejos. *In*: LEFFE (Org.). **Ciencias sociales y formación ambiental**. Barcelona: Gedisa, 1994.

GIBBONS, M. & NOWOTNY, H. The potential of transdisciplinarity. *In*: KLEIN, J.T. (Ed.). **Transdisciplinarity: joint problem solving among science, technology and society**. An effective way for managing complexity. Basel: Birkhäuser Verlag, 2001. p. 67-80.

GLAESER, B. (Org.). **Ecodevelopment. Concepts, projects, strategies**. Oxford: Pergamon Press, 1984.

_____. **Environnement et agriculture**. L'écologie humaine pour un développement durable. Paris: L'Harmattan, 1997.

GODARD, O. **Aspects institutionnels de la gestion intégrée des ressources naturelles et de l'environnement**. Paris: MSH, 1980.

_____. **La dialectique organisationnelle des systèmes socio-économiques et de leur environnement bio-physique**. Paris: Ehess-Cired, 1981.

_____. L'environnement, une polysémie sous-exploitée. In: JOLLIVET, M. (Org.). **Sciences de la nature, sciences de la société : les passeurs de frontières**. Paris, CNRS, 1992.

_____. Développement soutenable et processus de justification des choix en univers controversé. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional Modèles de développement soutenable des approches exclusives ou complémentaires de la soutenabilité ? Paris, 16-18 de março. 1994a.

_____. Le développement durable: paysage intellectuel. **Natures, Sciences, Sociétés**, 2(4), 1994b.

_____. Le développement durable et le devenir des villes. **Futuribles**, 209: 29-35, 1996. GODARD, O. & SACHS, I. L'environnement et la planification. In: BARRAU, J. (Org.). **Environnement et qualité de la vie**. Paris: Guy le Prat, 1975.

GOLDSMITH, E. **Le défi du XXIe. siècle**. Une vision écologique du monde. Paris: Editions du Rocher, 1994.

GOYETTE, G. & LESSARD-HÉBERT, M. **La recherche-action: ses fonctions, ses fondements et son instrumentation**. Québec: Presses Universitaires du Québec, 1987.

GUICHAOUA, A. & GOUSSAULT, Y. **Questions de développement: nouvelles approches et enjeux**. Paris: L'Harmattan, 1996.

GUNDERSON, L.H.; HOLLING, C.S. (Eds.). **Panarchy**. Understanding transformations in human and natural systems. Washington DC: Island Press, 2002.

HARRIBEY, J.M. **Le développement a-t-il un avenir?** Pour une économie solidaire et économe. Paris: Attac / Mille et une Nuit, 2004.

HATEM, F. Le concept de "développement soutenable". **Economie Prospective Internationale**, no. 44, 1990.

HERRERA, F.A. *et al.* **Catástrofe o nueva sociedad?** Modelo mundial latinoamericano. Bariloche: CIID, 1971.

HIRSCHMANN, A. **La stratégie du développement économique**. Paris: Editions Ouvrières, 1958.

HOLLING, C.S. **Adaptive environmental assessment and management**. Chichester: Wiley, 1978.

HOLLING, C.S. *et al.* Science, sustainability and resource management. In: BERKES, F. & FOLKE, C. (Eds.). **Linking social and ecological systems**. Management practices and social mechanisms for building resilience. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HUGON, P. **Économie du développement**. Paris: Dalloz, 1989.

ILLICH, I. **La convivialité**. Paris: Seuil, 1973.

JOLLIVET, M.; PAVÉ, A. O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In: VIEIRA, P.F.; WEBER, J. (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. Novos desafios para a pesquisa ambiental. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2000.

JOUVENEL, H. **Invitation à la prospective**. Paris: Futuribles, 2004.

KAPP, K.W. The implementation of environmental policies. In: **Development and Environment** (Founex, 1971). Paris: Mouton, 1972.

_____. Les indicateurs d'environnement: origines, fonctions et signification à long terme. In: **Analyse socio-économique de l'environnement. Problèmes de méthode**. Mouton, Paris, La Haye: MSH, 1973.

_____. **Für eine ökosoziale ökonomie. Entwürfe und Ideen: Ausgewählte Aufsätze**. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 1987.

KRELL, A.J. A posição dos municípios brasileiros no Sisnama. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

MEADOWS, D.L. (org.). **The limits to growth**. Nova Iorque: Universe Books, 1972.

MESAROVIC, M.; PESTEL, E. . **Estrategía de la sobrevivencia: crecimiento organico**. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1975.

MILLER, J.G. **Living systems**. New York: Elsevier, 1978.

MILLER, J.G.; MILLER, J.L. The earth as a system. **Behavioral Science**, 27: 303-21, 1982.

MMA Agenda 21 Brasileira: resultado da consulta nacional. Brasília: MMA, 2002 a.

MMA Agenda 21 Brasileira: ações prioritárias. Brasília: MMA, 2002b.
MMA Construindo a Agenda 21 local. Brasília: MMA, 2003.

MONOSOWSKI, E. Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil. *Cadernos Fundap*, São Paulo, n. 16, 1989.

MONTGOLFIER, J. & NATALI, J.M. *Le patrimoine du futur*. Paris: Economica, 1987.

MORIN, E. *Le paradigme perdu: la nature humaine*. Paris: Seuil, 1973.

MORIN, E. *La méthode. La nature de la nature*. Paris: Seuil, 1977.

_____. *Introduction à la pensée complexe*. Paris: ESF éditeur, 1990.

_____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, E. & PIATELLI-PALMARINI, M. (Orgs.). *L'unité de l'homme*. Paris: Seuil, 1974.

MORIN, E. & KERN, A. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 2000.

MORIN, E. & LE MOIGNE, J.L. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2000.

MYRDAL, G. *Théorie économique et pays sous-développés*. Paris: Présence Africaine, 1969.

NERFIN, M. *Another development. Approaches and strategies*. Uppsala: DHF, 1977.

NICHOLSON, M. *The environmental revolution: a guide for the new masters of the world*. London: Hodder & Stoughton, 1973.

NORGAARD, R.B. *Development betrayed. The end of progress and a coevolutionary revisioning of the future*. London e New York: Routledge, 1994.

ODUM, E.P. *Ecology. The link between natural and social sciences*. New York: Holt-Saunders, 1975.

_____. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.

OLLAGNON, H. Estratégia patrimonial para a gestão dos recursos e dos meios naturais. Enfoque integrado de gestão do meio rural. *In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (Orgs.). Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento*. Novos desafios para a pesquisa ambiental. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 171-200.

ONU. **Development and environment**. Report and working papers of a panel of experts. Founex: Mouton, 1972.

OST, F. **A natureza à margem da lei**. A ecologia à prova do direito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

OSTROM, E. **Governing the commons**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, E. *et al.* **The drama of the commons**. Washington, D.C.: National Research Council, 2001.

OZBEKHAN, H. Planning and human action. *In*: WEISS, P. (Ed.). **Hierarchically organized systems in theory and practice**. Nova York: Haffner, 1971.

_____. Towards a general theory of planning. *In*: JANTSCH, E. (Ed.). **Perspectives in planning**. Paris: OCDE, 1971.

PASSET, R. Desenvolvimento durável e biosfera : abertura multidimensional ou novos reducionismos? **Revista Tempo Brasileiro**, 108: 27-47, 1992.

PERROUX, F. **L'économie du XXème siècle**. Paris: PUF, 1969.

_____. **Pour une philosophie du développement**. Paris: Aubier, 1981.

PRIGOGINE, I. **La fin des certitudes**. Temps, chaos et les lois de la nature. Paris: Odile Jacob, 1996.

RIBEIRO, M.A. **Ecologizar**. Pensando o ambiente humano. Belo Horizonte: Rona, 2000.

ROSIER, B. **Croissance et crise capitalistes**. Paris: PUF, 1984.

ROSNAY, J. **Le microscope**. Vers une vision globale. Paris: Seuil, 1975.

ROSTOW, W.W. **Les étapes de la croissance économique**. Paris: Seuil, 1960.

SACHS, I.. **Stratégies de l'écodéveloppement**. Paris: Les Editions Ouvrières, 1980.

SACHS, I. Le défi de l'environnement. *In* : SALOMON, J.J. *et al.* **La quête incertaine. Science, technologie, développement**. Paris: Economica, 1994.

SACHS, I. A la recherche de nouvelles stratégies de développement. Jeux du Sommet Social. Paris : Unesco , 1995.

_____. **Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil.** Brasília: Edição Sebrae, 2002.

_____. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Rumo à ecossocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2007.

SACHS, I. *et al.*. **Initiation à l' écodéveloppement.** Toulouse: Privat, 1981.

SÁNCHEZ, L.E. **Os papéis da avaliação de impacto ambiental.** Anais do Seminário Internacional Avaliação de Impacto Ambiental: Situação atual e perspectivas. São Paulo: Escola Politécnica da USP, 1991.

SEN, A. **Inequality reexamined.** Oxford: Oxford University Press, 1992.

_____. **Development as freedom.** New York: A. Knopf, 1999.

SENGUPTA, A. Development policy and the right to development. **Frontline**, 2: 91-96, 2001.

SENGUPTA, A. Official development assistance: the Human Rights approach. **Economic and Political Weekly**, 13: 1424-1436, 2002.

SOUTO-MAIOR, J. A problemática de coordenação, cooperação e planejamento intermunicipais no Brasil. **Revista de Administração Municipal**, XXXIX(204): 49-65, 1992.

SUNKEL, O. **La dimensión ambiental en los estilos de desarrollo de America Latina.** Santiago do Chile: Cepal / Pnuma, 1981.

TAYLOR, D. & MACKENZIE, F. (Eds.). **Development from within.** Survival in Rural Africa. London: Routledge, 1992.

THIOLLENT, M. **Metodologia de pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1985.

TONNEAU, J.P. Articulação entre as escalas territoriais e conseqüências sobre o planejamento rural. *In*: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O.A. (Eds.)

Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa, 2002. p. 219-232.

TONNEAU, J.P. e VIEIRA, P.F. (2006) Que diretrizes de pesquisa para o desenvolvimento territorial sustentável no Brasil? *Eisforia* 4 (4): 311-334.

UNESCO. **La solution du puzzle: l'approche écosystémique et les réserves de biosphère.** Paris: Unesco, 2000.

VIEIRA, P.F. Simulação por computador na pesquisa e no planejamento de sistemas ecossociais. **Revista de Ciências Humanas**, 10(14): 54-70, 1993.

_____. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento, *In: VIOLA, E. et al. Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais.* São Paulo: Cortez, 1995. p. 45-98.

_____. Social sciences and environment in Brazil: A state-of-the-art report. Paris : Unesco, 1998

_____. (Org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento.** Florianópolis: APED, 2002.

_____. Education pour l'écodéveloppement au Brésil: promesses et incertitudes. **Education relative à l'Environnement**, vol. 4, 2003. p. 57-75.

VIEIRA, P.F. & VIOLA, E. J. From preservationism to sustainable development. A challenge for the environmental movement in Brazil. **International J. of Soc. And Social Policy** 12 (4/5/6/7) : 129-153, 1992.

VIEIRA, P.F. & RIBEIRO, M. A.(Orgs.). **Ecologia humana, ética e educação.** A mensagem de Pierre Dansereau. Porto Alegre: Pallotti e Florianópolis: APED, 1999.

VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (Orgs.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento.** Novos desafios para a pesquisa ambiental. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2000.

VIEIRA, P.F.; BERKES, F. & SEIXAS, C.S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais.** Conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: APED e Secco, 2005.

VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. Novos desafios para a pesquisa ambiental. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2000.

VIVIEN, F.D. **Economie et écologie**. Paris: La Découverte, 1994.

VIVIEN, F.D. Le développement soutenable: un sujet controversé chez les économistes. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 11-12, p. 85-94, jan./dez. 2005.

VULLIERME, J-L. **Le concept de système politique**. Paris: PUF, 1989.

WADE, R. **Village republics: economic conditions for collective action in South India**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

WCED. **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WEBER, J. Environnement, développement et propriété: une approche épistémologique. In: PRADES, J.; VAILLANCOURT, J.G. (Orgs.). **Environnement, développement, éthique**. Montréal: Fides, 1992.

WEBER, J. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (Orgs.) **Gestão de recursos naturais e desenvolvimento**. Novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 2000, pp. 115-46.

ZIEGLER, J. **Les nouveaux maîtres du monde et ceux qui leur résistent**. Paris: Fayard, 2002.

Abstract

From conservationism to sustainable territorial development

Since the end of the 1960s, the eclosion of a planetary problematic related to the recognition of the “ecological limits of material growth” has mobilized growing attention on the part of scientific communities and public opinion. The systemic concept of *eco-development* has emerged from this context and been gradually disseminated as an expression of the radical critique of the *economistic ideology* underlying industrial-technological “civilization”. Over the course of the 1980s and 1990s, the proliferation of case studies on experiences of *local* and *territorial* development in different national contexts has contributed to a deepening of (systemic) notions

of *endogeneity, de-centralization, self-reliance, local autonomy and integrated local productive systems*, which have always considered bases of the eco-developmental position. Against the background of the uncertainties, constraints and opportunities imposed by asymmetrical globalization, special attention began to be given to the analysis of the innovative and synergic responses – in terms of socio-economic, socio-cultural and political-institutional reorganization – that have been generated within these spaces. Furthermore, and in a rather paradoxical way, most of the studies linked to a *territorial focus* give little attention to the treatment of the immense challenges brought about through the elosion of socio-environmental crisis and the appearance of a vast literature dealing with the connection between *environment and development*. The present article offers exploratory subsidies that attempt to overcome the aforementioned lacunae, evaluating both the pertinence and general conditions of viability of the *sustainable territorial development* approach at the current stage of evolution of the Brazilian environmental agenda.

Keywords: systemic research, ecological policy, environmental policy, sustainable territorial development.

